



Edital Pregão Eletrônico

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

CONTRATANTE (UASG): 928000 – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região – Crefito-5

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de subscrição de software para produtividade, colaboração e armazenamento em nuvem (modelo SaaS - Software as a Service), incluindo suporte técnico especializado SLA, definido para tempo de resposta e resolução de incidentes, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 60.335,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 17/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 5ª REGIÃO
– CREFITO-5**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo SEI nº 05.0524.000001/2026-61)

Torna-se público que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região – CREFITO-5, por meio do setor responsável pelas licitações, sediado na Av. Palmeira, 27/403, bairro Petrópolis, em Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de subscrição de software para produtividade, colaboração e armazenamento em nuvem (modelo SaaS - Software as a Service), incluindo suporte técnico especializado SLA, definido para tempo de resposta e resolução de incidentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação no item será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do

projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes

encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. especificações.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos

responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário global do lote.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado **ABERTO**.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão

consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita

no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do

procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 5%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de

licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Comprasgov e Portal da Transparência do CREFITO-5.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5. fraudar a licitação
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@crefito5.org.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante,

desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://crefito5.org.br/>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

Eduardo Freitas da Rosa

Autoridade Competente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo SEI nº 05.0524.000001/2026-61

Lei 14.133/2021

Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de subscrição de software para produtividade, colaboração e armazenamento em nuvem (modelo SaaS - Software as a Service), incluindo suporte técnico especializado SLA, definido para tempo de resposta e resolução de incidentes, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN.	QNT.	VLR. UNIT. ANUAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de subscrição do software Microsoft 365 Business Standard (ou equivalente), sob o modelo <i>Software as a Service</i> (SaaS), abrangendo soluções integradas de produtividade, colaboração, comunicação e armazenamento em nuvem, com suporte técnico especializado e garantia de Níveis de Serviço (SLA) de atendimento e solução.	27502- Cessão temporária de Direitos sobre Programas de Computador Locação de Software	Licença anual com pagamentos mensais	80	R\$ 754,19	R\$ 60.335,20

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de um ano, contados do recebimento das licenças, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O CREFITO-5 poderá, a qualquer tempo, solicitar o aumento ou a redução do número de licenças ativas, observados os limites legais, mediante comunicação formal ao fornecedor dos serviços.

1.4.1. Na hipótese de alteração do número de licenças, o faturamento deverá ser ajustado proporcionalmente (pro rata die) à quantidade de licenças efetivamente utilizadas no período de referência, vedada a cobrança por licenças desativadas após a devida notificação de redução e transcorrida a validade da licença já paga.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Fornecimento de licenças de subscrição de software no modelo SaaS (Software as a Service), conforme produto de referência, com prestação de suporte técnico especializado com garantia de Níveis de Serviço (SLA - Service Level Agreement), abrangendo tempos máximos de resposta e de solução definidos de acordo com a criticidade das ocorrências.

2.2. Considerando a necessidade de alto grau de compatibilidade técnica com os sistemas adotados por este Conselho Regional, sobretudo com o sistema de integrado de gestão (ERP) utilizado pela Autarquia mediante fornecimento pelo Conselho Federal, aliado às necessidades de serviço especificadas no ETP, restringe-se o presente certame a contratação de licenças do seguinte produto disponível no mercado: Microsoft 365 Business Standard.

3. JUSTIFICATIVA PARA ELEIÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE REFERÊNCIA

3.1. Conforme o disposto no artigo 41, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, é lícita a indicação de determinada marca ou modelo quando for tecnicamente necessário para padronização do objeto a ser adquirido e quando houver necessidade de compatibilidade com sistemas já existentes.

3.2. A presente contratação tem como objeto a contratação de solução integrada de produtividade, comunicação e armazenamento em nuvem, a ser utilizada CREFITO-5, a qual se destina ao desenvolvimento integrado das rotinas de trabalho e, ao cabo, à consecução de todas as atividades deste Conselho, sejam elas finalísticas, meio ou financeiro-contábeis. Para tanto, se faz extremamente necessário que as ferramentas de trabalho possuam o maior grau de compatibilidade possível com os sistemas utilizados pelo órgão de modo a conferir eficiência ao serviço público, nos moldes previstos no art. 37 da Constituição Federal.

3.3. Desde 25 de fevereiro de 2025, por meio do contrato UASG: 925168, firmado no bojo do Processo Administrativo nº 92/2024, pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), foi implantado um sistema ERP que se utiliza de tecnologias e ferramentas Microsoft para sua operação e gestão de documentos, portanto, faz-se imprescindível que as contratações realizadas pelo CREFITO-5 se alinhem a esses parâmetros padronizando suas ferramentas de trabalho com o condão de garantir a plena compatibilidade e interoperabilidade dos documentos, recursos e sistemas corporativos adotados pelo Sistema.

3.4. Considerando, assim, a necessidade de garantia de alto grau de compatibilidade técnica com os sistemas adotados por esta Administração, sobretudo com o sistema de integrado de gestão (ERP), restringe-se o presente certame contratação de licenças do produto referido no item 2.2, disponível no mercado.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

5. REQUISITOS TÉCNICOS DO OBJETO

5.1. O fornecedor dos serviços deverá disponibilizar a documentação pertinente de todas as licenças adquiridas e comprovar que estão disponíveis para uso do CREFITO-5.

5.1.1. Os documentos devem ser disponibilizados eletronicamente na plataforma de administração do fornecedor, acessível e administrável pelo Órgão.

5.2. Firmado o contrato, em até 3 (três) dias úteis após liberação das licenças, o licitante vencedor deverá fornecer o Relatório de Disponibilização de Licenças, comprovando suas entregas e contendo minimamente:

a) Nome da Entidade;

b) Número do contrato com a fornecedora;

c) Prazo do contrato;

d) Data de emissão;

e) Relação dos itens do contrato: Identificador do fornecedor e Quantidade de licenças;

f) Nome e assinatura do Preposto.

5.3. A solução deverá contar com uma plataforma de administração a partir de um painel único e integrado para gerenciamento de usuários, permissões e configurações, que permita a definição de níveis de acesso (visualização, edição e compartilhamento) para usuários.

5.4. O licitante deverá garantir a disponibilidade dos serviços mínima de 99,5% (SLA) para todos os itens que compõem a licença e suporte técnico unificado para todos os serviços contratados, facilitando a solução de problemas, evitando a necessidade de múltiplos contratos e integrações complexas.

5.5. Requisitos gerais de segurança:

5.5.1. Executar os serviços garantindo a integridade do ambiente de TI do CREFITO-5, adotando medidas proativas para prevenir qualquer comprometimento da segurança da informação.

5.5.2. Observar rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), atuando na condição de OPERADOR e responsabilizando-se pelo tratamento adequado de dados pessoais e pela prevenção de riscos de incidentes no âmbito das atividades deste Conselho.

5.5.2.1. Garantir o sigilo absoluto de dados e documentos acessados em razão do objeto, obrigando seus funcionários e prepostos por meio de termos de confidencialidade, vedada qualquer forma de cessão, venda ou reprodução de informações custodiadas pelo CREFITO-5.

5.5.2.2. Comprometer-se com a conformidade normativa de proteção de dados, zelando pelos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, conforme preceitos da LGPD.

5.5.3. Ao término da vigência contratual ou em caso de descontinuidade do contrato, o licitante vencedor deverá garantir a reversibilidade dos dados ao CREFITO-5, sem custos adicionais.

5.5.3.1. O fornecedor dos serviços obrigar-se-á a disponibilizar meios técnicos para a exportação integral dos dados (e-mails, arquivos em nuvem e configurações de usuários) em formatos interoperáveis e padrão de mercado.

5.5.3.2. Os dados deverão permanecer disponíveis para extração por um período mínimo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do serviço, garantindo que não haja perda de informações durante a migração para um novo fornecedor ou solução interna.

5.5.4. A solução apresentada deve possuir:

5.5.4.1. Certificações de segurança e conformidade reconhecidas internacionalmente (como ISO 27001, SOC 2 e GDPR/LGPD);

5.5.4.2. Criptografia de dados de ponta a ponta, tanto em trânsito quanto em repouso;

5.5.4.3. Suporte nativo à Autenticação Multifator (MFA) para todos os níveis de acesso seguro;

5.5.4.4. Ferramenta de registro (logs) e auditoria de atividades que permitam a rastreabilidade completa de edições e acessos.

5.5.4.5. Mecanismos ativos de detecção e prevenção de ameaças, incluindo proteção contra exclusão acidental e ataques de ransomware (mecanismos de recuperação).

5.6. Dos requisitos do suporte técnico:

5.6.1. O prestador dos serviços deverá garantir suporte técnico especializado para todas as ferramentas, por equipe qualificada e certificada, apta a prestar suporte técnico de maneira ágil e eficiente, garantindo a continuidade das operações da Entidade contratante.

5.6.1.1. O suporte será prestado nas seguintes modalidades:

5.6.1.2. Suporte remoto e presencial, conforme a criticidade do problema;

5.6.1.3. Atendimento via telefone, e-mail e plataforma de chamados, com disponibilidade 24/7

5.6.2. A empresa licitante vencedora deverá assegurar disponibilidade (uptime) de, no mínimo, 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) para todas as ferramentas da solução contratada para uso do CREFITO-5.

5.6.2.1. O descumprimento dos Níveis de Serviço (SLA) de disponibilidade implicará em descontos sobre o valor mensal da fatura, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Edital e no Contrato.

5.7. Das ferramentas mínimas que deverão estar contempladas pela licença:

5.7.1. Serviço de e-mail corporativo: O serviço de e-mail corporativo com endereços de e-mail personalizados, utilizando o domínio do CREFITO-5, com gerenciamento de e-mail e integração nativa com as demais ferramentas de produtividade e colaboração do mesmo fornecedor, visando otimizar a comunicação e os fluxos de trabalho do CREFITO-5, com as seguintes especificações:

5.7.1.1. Viabilidade de utilização do domínio do CREFITO-5 (@crefito5.org.br), ou outro que venha a o substituir, com suporte para protocolos IMAP/POP e SMTP.

5.7.1.2. Deve oferecer filtro avançado de spam, antivírus e antiphishing nativo, sem necessidade de soluções terceiras.

5.7.1.3. Possuir ferramenta de pesquisa avançada, classificação e categorização automática de e-mails.

5.7.1.4. Gerenciamento completo das contas e armazenamento pelo setor de Tecnologia da Informação do CREFITO-5, via plataforma web, inclusive das senhas, sem qualquer dependência de suporte do fornecedor.

5.7.1.5. Armazenamento compartilhado com o servidor de arquivos, podendo ser aumentado sob pedido do CREFITO-5 com preço ajustável proporcional ao acordado em contrato.

5.7.1.6. Possibilidade de encaminhamento automático entre contas, mensagem de resposta automática, possibilidade de mensagem de férias, nomes de conta e filtro anti-spam.

5.7.1.7. Compatibilidade com o programa MS Outlook, utilizado por esta administração, configurável e acessível com utilização de porta segura com SMTP.

5.7.1.8. Permitir anexos de, pelo menos, 25MB por mensagem.

5.7.1.9. Garantir acesso às contas via: webmail, aplicações desktop e mobile, com utilização de aplicativos nativos.

5.7.1.10. Possibilitar a adição de contas adicionais, com respectiva cobrança correspondente ao preço do produto fixado em contrato.

5.7.1.11. Assegurar o sigilo e proteção das informações que passarem pelo seu(s) servidor(es) de e-mail, sendo integralmente responsável por qualquer vazamento de dado em ataque ao seu(s) servidor(es).

5.7.1.12. Integração com ferramentas de comunicação nativas, do mesmo fornecedor, como chat e videoconferência.

5.7.1.13. Processador de textos (on-line e offline): Solução para criação, edição e colaboração em documentos de texto, com suporte a formatação avançada e controle de versões que atenda às seguintes especificações:

5.7.1.13.1. Disponibilidade e Acesso:

5.7.1.13.2. A solução deve permitir o acesso via navegador web e oferecer aplicativos nativos para desktop (Windows/macOS) e dispositivos móveis (Android/iOS).

5.7.1.13.3. A solução deve fornecer um pacote completo para criação e edição de documentos de texto, com suporte nativo para os formatos: .DOCX, .RTF, .TXT e .PDF.

5.7.1.13.4. Deve possibilitar a edição e visualização offline, com sincronização automática ao reconectar-se à internet.

5.7.1.14. Colaboração e Controle de Versões:

5.7.1.14.1. Deve permitir edição simultânea e colaboração em tempo real dos documentos, com controle de versão detalhado, visualização de participantes on-line e permitindo restauração de versões anteriores.

5.7.1.14.2. Deve oferecer a funcionalidade de comentários e sugestões para revisão colaborativa.

- 5.7.1.14.3. Controle de permissões para restringir acesso e edição com diferentes níveis de usuário (somente leitura, edição, revisão).
- 5.7.1.15. Suporte a Formatos e Interoperabilidade:
 - 5.7.1.15.1. Suporte nativo para os formatos: .DOCX, .RTF, .TXT e .PDF.
 - 5.7.1.15.2. Compatibilidade com os demais formatos de documentos de texto permitindo a exportação e importação sem perda de formatação e dados para os principais formatos de documentos.
- 5.7.1.16. Funcionalidades Avançadas de Formatação e Automação:
 - 5.7.1.16.1. Suporte para formatação avançada para: tabelas, estilos, índices automáticos, números de linhas, notas de rodapé e referências cruzadas.
 - 5.7.1.16.2. Capacidade nativa de incorporar elementos multimídia, como imagens, gráficos e vídeos.
 - 5.7.1.16.3. Incluir um corretor ortográfico e gramatical nativo e integrado, com suporte ao idioma português do Brasil.
 - 5.7.1.16.4. Ferramentas para geração automática de sumários, citações e bibliografias.
- 5.7.1.17. Integração com Outras Ferramentas:
 - 5.7.1.17.1. Integração com sistemas de armazenamento e compartilhamento de arquivos do mesmo fornecedor.
 - 5.7.1.17.2. Integração com serviços de comunicação corporativa do mesmo fornecedor (chat, e-mail, videoconferência).
 - 5.7.1.17.3. APIs para integração com sistemas utilizados pela administração pública.
- 5.7.1.17.4. Planilha eletrônica (on-line e offline):
 - 5.7.1.17.5. Aplicação para criação, edição e colaboração de planilhas eletrônicas, incluindo suporte a fórmulas, gráficos e tabelas dinâmicas, que atenda às seguintes especificações:
- 5.7.1.18. Disponibilidade e Acesso:
 - 5.7.1.18.1. A solução deve permitir o acesso via navegador web e oferecer aplicativos nativos para desktop (Windows/MacOS) e dispositivos móveis (Android/iOS).
 - 5.7.1.18.2. Deve possibilitar a edição e visualização offline, com sincronização automática ao reconectar-se à internet.
- 5.7.1.19. Colaboração e Controle de Versões:
 - 5.7.1.19.1. Deve permitir edição simultânea e colaboração em tempo real dos documentos, com controle de versão detalhado, visualização de participantes on-line e permitindo restauração de versões anteriores.
 - 5.7.1.19.2. Deve oferecer a funcionalidade de comentários e sugestões para revisão colaborativa.
 - 5.7.1.19.3. Controle de permissões para restringir acesso e edição com diferentes níveis de usuário (somente leitura, edição, revisão, compartilhamento).
 - 5.7.1.19.4. Deve permitir edição simultânea e colaboração em tempo real dentro dos documentos, com controle de versão detalhado, visualização de participantes on-line e permitindo restauração de versões anteriores.
- 5.7.1.20. Suporte a Formatos e Interoperabilidade:
 - 5.7.1.20.1. Criação, edição, importação e exportação de planilhas, com suporte nativo para os formatos .XLSX, .CSV, .TSV e .PDF.
 - 5.7.1.20.2. Deve permitir exportação e importação sem perda de formatação ou dados para os principais formatos de planilhas.
 - 5.7.1.20.3. Deve possibilitar integração com bancos de dados e sistemas externos via APIs.
 - 5.7.1.20.4. Integração e compatibilidade total com sistemas de armazenamento e compartilhamento

de arquivos do mesmo fornecedor.

5.7.1.20.5. Integração com serviços de comunicação corporativa (chat, e-mail, videoconferência).

5.7.1.20.6. Possibilidade de automação de processos e integração com RPA (Robotic Process Automation) para otimização de tarefas repetitivas.

5.7.1.21. Funcionalidades Avançadas de Cálculo e Análise de Dados:

5.7.1.21.1. Suporte a fórmulas avançadas, incluindo estatísticas, financeiras e lógicas.

5.7.1.21.2. Criação e personalização de gráficos dinâmicos e dashboards interativos.

5.7.1.21.3. Tabelas dinâmicas para análise de dados, com suporte a segmentação de dados e drill-down.

5.7.1.21.4. Ferramentas para análise preditiva e modelagem de dados, incluindo macros e scripts de automação.

5.7.1.21.5. Suporte a validação de dados e proteção de células, planilhas e arquivos com senhas e regras de acesso.

5.7.2. Ferramenta de apresentações (on-line e offline): Ferramenta para criação, edição, importação e exportação de apresentações com suporte a colaboração em tempo real, templates e integração com outros serviços do mesmo fornecedor, que atenda às seguintes especificações:

5.7.2.1. Disponibilidade e Acesso:

5.7.2.1.1. A solução deve permitir acesso via navegador web e oferecer aplicativos nativos para desktop (Windows/macOS) e dispositivos móveis (Android/iOS).

5.7.2.1.2. Deve possibilitar a edição e visualização offline, com sincronização automática ao reconectar-se à internet.

5.7.2.2. Colaboração e Controle de Versões:

5.7.2.2.1. Deve permitir edição simultânea e colaboração em tempo real dos documentos, com controle de versão detalhado, visualização de participantes on-line e permitindo o controle e a restauração de versões anteriores.

5.7.2.2.2. Deve oferecer a funcionalidade de comentários e sugestões para revisão colaborativa.

5.7.2.2.3. Controle de permissões para restringir acesso e edição com diferentes níveis de usuário (somente leitura, edição, revisão, compartilhamento).

5.7.2.2.4. Deve permitir edição simultânea e colaboração em tempo real dentro dos documentos, com controle de versão detalhado, visualização de participantes on-line e permitindo restauração de versões anteriores.

5.7.2.3. Suporte a Formatos e Interoperabilidade:

5.7.2.3.1. A solução deve fornecer um pacote completo de aplicativos para criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, com suporte nativo para os formatos .PPTX e .PDF.

5.7.2.3.2. Deve permitir exportação e importação sem perda de formatação ou dados para os principais formatos de apresentações.

5.7.2.3.3. Integração com outros serviços e arquivos do fornecedor, como processadores de texto e planilhas.

5.7.2.3.4. Compatibilidade com sistemas de armazenamento e compartilhamento de arquivos do mesmo fornecedor.

5.7.2.3.5. Integração com serviços de comunicação corporativa (chat, e-mail, videoconferência).

5.7.2.3.6. Possibilidade de automação de tarefas e integração com RPA (Robotic Process Automation) para otimização de processos.

5.7.2.4. Funcionalidades Avançadas de Design e Edição:

5.7.2.4.1. Suporte a templates personalizáveis, incluindo bibliotecas de layouts, fontes e cores

institucionais.

5.7.2.4.2. Capacidade de inserção e edição de imagens, vídeos, áudio e objetos interativos.

5.7.2.4.3. Opção de transições e animações avançadas, com controle de tempo e efeitos visuais.

5.7.2.4.4. Suporte a edição de gráficos e tabelas dinâmicas dentro das apresentações.

5.7.2.4.5. Ferramentas de desenho e anotações manuais para marcações interativas.

5.7.2.5. Apresentação e Compartilhamento:

5.7.2.5.1. Modo de apresentação interativo, incluindo suporte a laser pointer, marcações ao vivo e exibição de notas do apresentador.

5.7.2.5.2. Opção para compartilhamento via link seguro ou transmissão direta para reuniões online.

5.7.2.5.3. Exportação otimizada para dispositivos móveis e compatibilidade com projeção em telas externas.

5.7.2.5.4. Suporte para gravação da apresentação com narração e exportação em formato de vídeo.

5.7.2.5.5. Serviço de armazenamento e compartilhamento de arquivos em nuvem:

5.7.2.5.6. Serviço de armazenamento de arquivos em nuvem com gerenciamento de permissões e acesso remoto, que atenda às seguintes especificações:

5.7.2.6. Capacidade de Armazenamento:

5.7.2.6.1. Possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 1TB por conta.

5.7.2.6.2. A capacidade de armazenamento contratada poderá ser ajustada conforme a demanda do CREFITO-5, permitindo expansão mediante contratação adicional pelo preço acordado em contrato.

5.7.2.7. Recursos, Compartilhamento e Controle de Acesso:

5.7.2.7.1. Plataforma acessível via navegador web, aplicativos para desktop (Windows/macOS) e dispositivos móveis (Android/iOS).

5.7.2.7.2. Possibilidade de acesso off-line dos arquivos mediante serviço de sincronização de pastas com computadores locais, nativo e do mesmo fornecedor.

5.7.2.7.3. Capacidade de compartilhar arquivos e pastas com usuários internos e externos, definindo diferentes níveis de permissão, tais como: visualização, edição, comentário, download.

5.7.2.7.4. Envio automático de notificações e alertas aos autores e colaboradores sobre alterações em arquivos compartilhados.

5.7.2.7.5. Definição de datas de expiração para links compartilhados.

5.7.2.7.6. Permitir a edição simultânea de documentos por múltiplos usuários.

5.7.2.7.7. Permitir a administração centralizada para gestão de usuários, permissões e armazenamento.

5.7.2.7.8. Recursos de organização hierárquica de arquivos e pastas, permitindo estruturação conforme necessidades institucionais.

5.7.2.7.9. Recurso de pesquisa avançada por nome, conteúdo do documento, autor, data de modificação e palavras-chave.

5.7.2.7.10. Controle granular de permissões individuais e em grupo, permitindo ajustes conforme e definição de níveis de acesso (visualização, edição e compartilhamento) para usuários internos e externos à corporação.

5.7.2.7.11. Permitir a configuração de políticas de retenção de arquivos e fornecer registros detalhados de acessos, edições e compartilhamentos.

5.7.2.7.12. Possibilidade de restringir downloads e cópias de arquivos sensíveis.

5.7.2.7.13. Definição de datas de expiração para links compartilhados.

5.7.2.7.14. Manter versões anteriores dos arquivos, permitindo a restauração em caso de exclusão acidental ou necessidade de recuperação de edições anteriores.

5.7.2.7.15. Suporte a realização de backups pelo CONTRATANTE, durante a integralidade da vigência do contrato, permitindo a recuperação em caso de falha ou perda de dados.

5.7.2.8. Integração com Ferramentas de Produtividade:

5.7.2.8.1. A solução deve estar integrada às demais aplicações nativas de edição de documentos, planilhas, apresentações, agenda, videochamadas e outras disponíveis na suíte de produtividade do mesmo fornecedor da solução integrada.

5.7.2.8.2. Compatibilidade com API para integração com sistemas e aplicações de terceiros utilizados pela Administração Pública.

5.7.2.8.3. Agenda corporativa e calendário compartilhado:

5.7.2.8.4. Aplicação para gerenciamento de compromissos, reuniões e eventos, com suporte a notificações e compartilhamento de calendários que atenda às seguintes especificações:

5.7.2.9. Disponibilidade e Acesso:

5.7.2.9.1. A solução deve ser acessível via navegador web, aplicativos para desktop (Windows/macOS) e dispositivos móveis (Android/iOS).

5.7.2.9.2. Deve permitir uso offline, com sincronização automática ao reconectar-se à internet.

5.7.2.10. Gerenciamento de Compromissos, Reuniões e Eventos:

5.7.2.10.1. Criação e gerenciamento de eventos individuais e recorrentes com opções de personalização (horário, local, descrição, participantes, anexos).

5.7.2.10.2. Suporte a notificações e lembretes personalizáveis por e-mail, push notifications e alertas sonoros.

5.7.2.10.3. Integração com ferramentas de videoconferência para inclusão de links de reuniões automaticamente.

5.7.2.10.4. Possibilidade de anexar documentos e links relevantes a compromissos.

5.7.2.10.5. Gerenciamento de diferentes agendas e calendários, pré-carregados e personalizados.

5.7.2.11. Calendário Compartilhado e Colaboração:

5.7.2.11.1. Permitir o compartilhamento de calendários com diferentes níveis de permissão (somente visualização, edição, gerenciamento).

5.7.2.11.2. Capacidade de visualizar a disponibilidade de equipes e salas de reunião para facilitar agendamentos.

5.7.2.11.3. Possibilidade de criar calendários departamentais ou institucionais acessíveis a grupos específicos.

5.7.2.12. Integração com Outras Ferramentas:

5.7.2.12.1. Sincronização com e-mails corporativos e listas de contatos para facilitar convites e notificações.

5.7.2.12.2. Compatibilidade com sistemas de gestão de tarefas para integração de prazos e compromissos.

5.7.2.12.3. Suporte a protocolos abertos (CalDAV) para integração com outras plataformas e aplicativos.

5.7.2.12.4. Integração com serviços de produtividade do mesmo fornecedor, como processadores de texto, planilhas e apresentações.

5.7.2.13. Gestão de Recursos e Infraestrutura:

5.7.2.13.1. Possibilidade de reserva e gerenciamento de salas de reunião e equipamentos diretamente pelo calendário.

- 5.7.2.13.2. Opção para visualização de múltiplos fusos horários em compromissos internacionais.
- 5.7.2.13.3. Funcionalidade de fuso horário automático, ajustando eventos conforme a localização do usuário.
- 5.7.2.14. Customização e Usabilidade:
 - 5.7.2.14.1. Interface intuitiva e acessível, com suporte a temas personalizáveis e modos de exibição (dia, semana, mês, agenda).
 - 5.7.2.14.2. Opção para diferenciação de compromissos por cores e categorias.
 - 5.7.2.14.3. Funcionalidade de pesquisa avançada para localizar eventos por palavra-chave, participantes ou datas específicas.
 - 5.7.2.14.4. Plataforma de videoconferência e comunicação instantânea:
 - 5.7.2.14.5. Serviço para realização de reuniões virtuais, chamadas de vídeo e voz, compartilhamento de tela e chat empresarial, que atenda às seguintes especificações:
 - 5.7.2.14.6. Disponível via navegador web, aplicativos para desktop (Windows e macOS) e aplicativos móveis (Android e iOS), garantindo acesso contínuo em diferentes dispositivos.
 - 5.7.2.14.7. Permitir a realização de reuniões com, pelo menos 100, participantes simultâneos, oferecendo opções escaláveis conforme a necessidade do CREFITO-5.
 - 5.7.2.14.8. Possibilitar o compartilhamento de tela inteira, aplicativos, guias e apresentações durante as reuniões.
 - 5.7.2.14.9. Recurso de gravação de reuniões e armazenamento em nuvem para acesso posterior.
 - 5.7.2.14.10. Sistema de chat para troca de mensagens instantâneas, tanto dentro das reuniões quanto em conversas individuais e em grupo.
 - 5.7.2.14.11. Permitir a integração com sistemas de calendário do próprio fornecedor e compatibilidade com aplicações externas para agendamento de reuniões e envio de convites automáticos aos participantes.
 - 5.7.2.14.12. Utilizar criptografia em trânsito e em reserva, garantindo a proteção das informações transmitidas.
 - 5.7.2.14.13. Recursos para que os organizadores possam gerenciar os controles, como ativar/desativar microfones, remover participantes e restringir acessos.
 - 5.7.2.14.14. Ser acessível via navegador web e contar com aplicativos dedicados para desktop (Windows e macOS) e dispositivos móveis (Android e iOS).
 - 5.7.2.14.15. Possuir opções de otimização para conexões com baixa largura de banda, garantindo o funcionamento adequado mesmo em ambientes com infraestrutura de rede limitada.
 - 5.7.2.14.16. Disponibilizar relatórios detalhados sobre a utilização da ferramenta, incluindo duração das reuniões, participação dos usuários e métricas de engajamento, permitindo monitoramento e auditoria.
 - 5.7.2.14.17. Permitir a transcrição em tempo real e a geração de legendas automáticas das reuniões.
 - 5.7.2.14.18. Possuir ferramenta de chat integrada a outros aplicativos da suíte, permitindo troca de mensagens em tempo real.
 - 5.7.2.14.19. Integração com às demais aplicações da suíte do fornecedor, permitindo o compartilhamento de documentos, agendamento de reuniões e comunicação dentro de outras ferramentas como os editores de documentos e calendários).
 - 5.7.2.14.20. Manter o histórico completo das mensagens trocadas, permitindo a pesquisa e recuperação de conversas anteriores de forma eficiente.
 - 5.7.2.14.21. Permitir o envio de arquivos, imagens, vídeos e áudios dentro das conversas, garantindo controle de permissões e auditoria sobre os arquivos compartilhados.
 - 5.7.2.14.22. Recurso para administrador excluir mensagens indevidas, restringir a criação de grupos e configurar políticas de retenção de mensagens, permitindo a auditoria e monitoramento das atividades

dentro da plataforma.

5.7.2.14.23. Suportar notificações configuráveis para evitar interrupções desnecessárias.

5.7.2.14.24. Fornecer métricas de uso da ferramenta, permitindo análise de engajamento, volume de mensagens e identificação de padrões de comunicação.

5.7.2.14.25. Ferramenta de formulários e pesquisas online:

5.7.2.14.26. Aplicação para criação de enquetes, questionários e formulários personalizados, com suporte a coleta e análise de respostas, que atenda às seguintes especificações:

5.7.2.15. Acesso e Disponibilidade:

5.7.2.15.1. Plataforma acessível via navegador web e dispositivos móveis (Android e iOS).

5.7.2.15.2. Funcionalidade de preenchimento offline, permitindo a coleta de respostas mesmo sem conexão com a internet.

5.7.3. Criação e Personalização de Formulários: Plataforma web de criação de formulários, enquetes e pesquisas pelo usuário final sem necessidade de suporte técnico especializado.

5.7.3.1. Suporte a diferentes tipos de perguntas, incluindo múltipla escolha, resposta curta, parágrafos, escalas, classificações, caixas de seleção e upload de arquivos.

5.7.3.2. Capacidade de personalizar a aparência do formulário, incluindo logotipos, cores e temas.

5.7.3.3. Possibilidade de adicionar lógica condicional, direcionando os participantes para perguntas específicas com base em suas respostas.

5.7.3.4. Coleta e Armazenamento de Respostas:

5.7.3.4.1. Receber e armazenar respostas de um grande número de participantes simultaneamente.

5.7.3.4.2. Recurso para limitar respostas por usuário e definir prazos para submissão.

5.7.3.4.3. Integração com bancos de dados e planilhas eletrônicas para organização automática das respostas.

5.7.3.4.4. Exportação dos dados coletados nos formatos .CSV, .XLSX e .PDF.

5.7.3.5. Análise e Relatórios:

5.7.3.5.1. Geração automática de gráficos e estatísticas com base nas respostas recebidas.

5.7.3.5.2. Painel de controle para visualização de dados em tempo real.

5.7.3.5.3. Capacidade de filtrar, segmentar e cruzar informações para análise detalhada.

5.7.3.6. Compartilhamento e Controle de Acesso:

5.7.3.6.1. Possibilidade de distribuição nativa via link ou e-mail.

5.7.3.6.2. Controle de acesso para definir se o formulário será público, restrito a determinados usuários ou grupos específicos.

5.7.3.6.3. Opção de exigir autenticação antes da submissão, garantindo a identidade dos respondentes.

5.7.3.6.4. Permissões para colaboração na criação e edição dos formulários por diferentes usuários.

5.7.3.6.5. Logs de auditoria para rastreamento de acessos, edições e submissões.

5.7.3.7. Integração com Outras Ferramentas

5.7.3.7.1. Integração com planilhas eletrônicas do mesmo fornecedor e compatibilidade com ferramentas de terceiros, permitindo análise avançada dos dados coletados.

5.7.3.7.2. Compatibilidade com e-mail corporativo e agenda do mesmo fornecedor, permitindo envio automatizado de convites e lembretes.

5.7.3.7.3. Possibilidade de conexão com fluxos de automação e ferramentas de BI, permitindo

exportação de dados para análise avançada.

5.7.3.7.4. Sistema de gerenciamento de tarefas e projetos (on-line e offline):

5.7.3.7.5. Plataforma para organização de tarefas, definição de prazos, atribuição de responsáveis e acompanhamento de projetos, que atenda às seguintes especificações:

5.7.3.7.6. Criação, edição e categorização de tarefas individuais e em equipe.

5.7.3.7.7. Definição de prazos e prioridades para cada tarefa.

5.7.3.7.8. Atribuição de responsáveis e participantes em cada atividade.

5.7.3.7.9. Subtarefas e dependências para organizar fluxos de trabalho complexos.

5.7.3.7.10. Anexação de arquivos e comentários dentro das tarefas para contextualização.

5.7.3.7.11. Criação de quadros e listas para organização de projetos por equipe ou setor.

5.7.3.7.12. Suporte a diferentes metodologias de gestão de projetos, como Kanban, Scrum e Waterfall.

5.7.3.7.13. Integração com calendários corporativos para exibição de prazos e compromissos.

5.7.3.7.14. Notificações automáticas e lembretes sobre prazos e atualizações.

5.7.3.7.15. Edição colaborativa e atualização em tempo real.

5.7.3.7.16. Painel de controle e relatórios gerenciais para visualização do andamento das atividades.

5.7.3.7.17. Indicadores de desempenho e tempo estimado vs. tempo real das tarefas.

5.7.3.7.18. Visualização em linha do tempo (Gantt) para acompanhamento do cronograma.

5.7.3.7.19. Histórico de alterações e versionamento, garantindo rastreabilidade.

5.7.3.8. Automação e Integrações:

5.7.3.8.1. Criação de regras automatizadas para movimentação de tarefas e notificações.

5.7.3.8.2. Integração com e-mails e mensagens instantâneas, permitindo criação e atualização de tarefas via comunicação interna.

5.7.3.8.3. Compatibilidade com outras ferramentas da suíte do fornecedor, como documentos, planilhas e armazenamento em nuvem.

5.7.3.8.4. APIs para integração com outros sistemas corporativos, como ERPs e CRMs.

5.7.3.9. Acessibilidade e Usabilidade:

5.7.3.9.1. Compatibilidade com dispositivos móveis (Android e iOS), permitindo acesso remoto.

5.7.3.9.2. Modo offline para criação e edição de tarefas mesmo sem conexão à internet.

5.7.3.9.3. Suporte para multidispositivos (desktop, web e mobile).

5.7.3.9.4. Plataforma de desenvolvimento e automação de aplicações corporativas:

5.7.3.9.5. Ferramenta para criação de aplicativos personalizados, automação de fluxos de trabalho e integração com outras soluções, que atenda às seguintes especificações:

5.7.3.10. Desenvolvimento de Aplicações Personalizadas:

5.7.3.10.1. Ferramenta para criação de aplicações corporativas sem necessidade de codificação (low-code/no-code).

5.7.3.10.2. Suporte para desenvolvimento avançado com código personalizado (pro-code) para extensibilidade.

5.7.3.10.3. Templates e componentes prontos para aceleração do desenvolvimento.

5.7.3.10.4. Publicação e distribuição de aplicativos internos de forma segura dentro da organização.

5.7.3.11. Automação de Processos e Fluxos de Trabalho:

5.7.3.11.1. Criação de fluxos automatizados de aprovação, notificações e coleta de dados.

- 5.7.3.11.2. Integração com serviços internos e externos para automação de processos administrativos.
- 5.7.3.11.3. Suporte para gatilhos e ações baseadas em eventos para iniciar fluxos automaticamente.
- 5.7.3.11.4. Monitoramento e análise de processos para identificação de gargalos e melhorias.
- 5.7.3.12. Integração e Interoperabilidade:
 - 5.7.3.12.1. Compatibilidade com APIs REST e Webhooks para integração com sistemas internos e externos.
 - 5.7.3.12.2. Suporte para integração com bancos de dados corporativos e fontes de dados externas.
 - 5.7.3.12.3. Conectores nativos para serviços de produtividade, comunicação, e-mail e armazenamento.
 - 5.7.3.12.4. Suporte a scripts e funções personalizadas para ampliar a lógica de negócios das aplicações.
- 5.7.3.13. Interface e Experiência do Usuário:
 - 5.7.3.13.1. Interface intuitiva e responsiva, compatível com dispositivos móveis e desktops.
 - 5.7.3.13.2. Personalização do layout e design, incluindo formulários, painéis e dashboards interativos.
 - 5.7.3.13.3. Suporte para componentes dinâmicos, como gráficos, tabelas e listas interativas.
 - 5.7.3.13.4. Controle de acessibilidade, garantindo conformidade com diretrizes de usabilidade.
- 5.7.3.14. Colaboração e Versionamento:
 - 5.7.3.14.1. Edição colaborativa em tempo real, permitindo que múltiplos usuários trabalhem simultaneamente no desenvolvimento.
 - 5.7.3.14.2. Histórico de versões e rollback, garantindo controle sobre alterações feitas nas aplicações.
 - 5.7.3.14.3. Comentários e anotações dentro do ambiente de desenvolvimento para facilitar a colaboração.
 - 5.7.3.14.4. Sistema de diretório e gerenciamento de usuários:
 - 5.7.3.14.5. Serviço de gerenciamento centralizado de identidades, grupos e permissões de usuários dentro da organização, que atenda às seguintes especificações:
 - 5.7.3.14.6. Plataforma acessível via painel web e aplicativo móvel, permitindo administração remota.
- 5.7.3.15. Gerenciamento Centralizado de Usuários:
 - 5.7.3.15.1. Criação, exclusão e gerenciamento de contas de usuários de forma centralizada.
 - 5.7.3.15.2. Suporte para sincronização automática com diretórios locais.
 - 5.7.3.15.3. Perfis e informações personalizáveis dos usuários, incluindo cargos, departamentos e unidades organizacionais.
 - 5.7.3.15.4. Importação e exportação de usuários em formatos padronizados (CSV, JSON, etc.).
- 5.7.3.16. Autenticação e Segurança:
 - 5.7.3.16.1. Autenticação Multifator (MFA) para reforço na segurança de acessos.
 - 5.7.3.16.2. Suporte para utilização de protocolos de autenticação seguros.
 - 5.7.3.16.3. Gerenciamento de senhas com políticas configuráveis com expiração, complexidade mínima, bloqueio após tentativas malsucedidas.
 - 5.7.3.16.4. Recuperação de conta segura, com autenticação por e-mail, SMS ou aplicativo autenticador.

- 5.7.3.17. Gerenciamento de Grupos e Permissões:
 - 5.7.3.17.1. Criação e administração de grupos organizacionais com permissões hierárquicas.
 - 5.7.3.17.2. Configuração de políticas de acesso personalizadas para diferentes setores da organização.
 - 5.7.3.17.3. Controle e restrição de acesso a aplicativos e dados específicos conforme o nível hierárquico ou função do usuário.
- 5.7.3.18. Monitoramento e Auditoria:
 - 5.7.3.18.1. Registro detalhado de logs de acessos, atividades e alterações no sistema.
 - 5.7.3.18.2. Alertas e notificações para tentativas de login suspeitas ou acessos não autorizados.
 - 5.7.3.18.3. Relatórios detalhados sobre uso de contas, tentativas de login e alterações nas permissões.
- 5.7.3.19. Integração e Interoperabilidade:
 - 5.7.3.19.1. Compatibilidade com serviços de diretório on-premises e em nuvem.
 - 5.7.3.19.2. Integração com suítes de produtividade, e-mail corporativo e ferramentas de comunicação do mesmo fornecedor.
 - 5.7.3.19.3. Suporte para APIs de terceiros para automação e personalização de fluxos de trabalho.
 - 5.7.3.19.4. Plataforma de publicação e compartilhamento de sites:
 - 5.7.3.19.5. Ferramenta para criação de sites internos ou externos sem necessidade de codificação, com suporte a colaboração e integração com outros serviços, que atenda às seguintes especificações:
 - 5.7.3.20. Criação e Edição de Sites sem Codificação:
 - 5.7.3.20.1. Interface intuitiva com funcionalidade de arrastar e soltar para criação de sites sem necessidade de conhecimento em programação.
 - 5.7.3.20.2. Disponibilidade de templates personalizáveis para diferentes finalidades institucionais.
 - 5.7.3.20.3. Editor WYSIWYG (What You See Is What You Get), permitindo visualização instantânea das alterações realizadas.
 - 5.7.3.20.4. Suporte à edição colaborativa em tempo real, permitindo que múltiplos usuários trabalhem simultaneamente na criação e atualização do site.
- 5.7.3.21. Publicação e Compartilhamento de Sites:
 - 5.7.3.21.1. Possibilidade de publicação de sites internos (intranet) e externos (público) conforme as necessidades da administração pública.
 - 5.7.3.21.2. Controle de permissões de acesso, permitindo definir quais usuários podem visualizar, editar ou administrar o site.
 - 5.7.3.21.3. Opção de restrição por credencial de acesso (usuários autenticados, grupos específicos ou acesso público).
 - 5.7.3.21.4. Configuração de URL personalizada para adequação ao domínio institucional.
- 5.7.3.22. Integração com Outras Ferramentas:
 - 5.7.3.22.1. Integração nativa com armazenamento em nuvem do mesmo fornecedor, permitindo a inserção direta de documentos, planilhas, apresentações e outros arquivos no site.
 - 5.7.3.22.2. Compatibilidade e integração com calendários corporativos, permitindo a exibição de eventos e compromissos institucionais.
 - 5.7.3.22.3. Suporte à incorporação de vídeos, imagens e links interativos a partir de outras ferramentas da suíte de produtividade.
 - 5.7.3.22.4. Integração com ferramentas de comunicação corporativa, como chat e videoconferência, do mesmo fornecedor.

- 5.7.3.23. Otimização para Dispositivos e Desempenho:
 - 5.7.3.23.1. Sites criados devem ser responsivos, garantindo compatibilidade com dispositivos móveis, tablets e desktops.
 - 5.7.3.23.2. Otimização para mecanismos de busca (SEO), permitindo indexação adequada de conteúdo.
 - 5.7.3.23.3. Carregamento otimizado de páginas para garantir desempenho eficiente, mesmo em conexões de baixa velocidade.
- 5.7.3.24. Gerenciamento e Administração:
 - 5.7.3.24.1. Painel administrativo para gerenciamento de múltiplos sites, usuários e permissões.
 - 5.7.3.24.2. Relatórios de análises e métricas de acesso, permitindo monitoramento da utilização do site.
 - 5.7.3.24.3. Suporte a códigos personalizados (HTML, CSS, JavaScript) para usuários avançados que necessitem de maior flexibilidade na personalização do site.
 - 5.7.3.24.4. Assistente de inteligência artificial:
 - 5.7.3.24.5. Assistente baseado em Inteligência Artificial (IA), nativa e do mesmo fornecedor da solução, principal, integrado as aplicações e ferramentas de produtividade, que atenda às seguintes especificações:
 - 5.7.3.25. Recursos do assistente:
 - 5.7.3.25.1. Geração automatizada de conteúdo, incluindo sugestões de texto, resumos e respostas rápidas.
 - 5.7.3.25.2. Correção gramatical e reformulação de frases com sugestões contextuais.
 - 5.7.3.25.3. Análise preditiva e recomendações com base em padrões de uso e necessidades do usuário.
 - 5.7.3.25.4. Compatibilidade com e-mails, documentos, planilhas, apresentações e reuniões virtuais.
 - 5.7.3.25.5. Suporte para resumo de e-mails e geração de respostas automáticas contextuais.
 - 5.7.3.25.6. Assistência em videoconferências, com transcrição em tempo real e geração de atas automáticas.
 - 5.7.3.25.7. Integração com agenda e calendário corporativo para sugestões de compromissos e otimização de tempo.
- 5.7.3.26. Automação e Produtividade:
 - 5.7.3.26.1. Suporte para criação de fluxos de trabalho e automação de tarefas repetitivas.
 - 5.7.3.26.2. Pesquisa inteligente e extração de informações dentro dos arquivos e e-mails corporativos.
 - 5.7.3.26.3. Sugestões de ações contextuais, como agendamento de reuniões ou criação de tarefas.
- 5.7.3.27. Interação e Acessibilidade:
 - 5.7.3.27.1. Geração de legendas e transcrição de áudios/vídeos para acessibilidade.
 - 5.7.3.27.2. Personalização da experiência com aprendizado contínuo baseado no usuário.
- 5.7.3.28. Suporte e Evolução Tecnológica:
 - 5.7.3.28.1. Atualizações frequentes com novas funcionalidades.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. As condições aqui estabelecidas visam garantir a continuidade operacional, segurança e disponibilidade da solução contratada, devendo ser plenamente observadas pela concorrente para a presente licitação e, posteriormente, durante a vigência do contrato.

6.2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

6.3. Local e horário da prestação dos serviços

6.3.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Palmeira nº 27, conjunto 403 - Bairro Petrópolis - Porto Alegre/RS, CEP 90470-300.

6.3.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: diariamente, das 08h às 17h.

6.4. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

6.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6.5. Subcontratação

6.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.6. Vistoria

6.6.1. Por se tratar de programas de computador na modalidade SaaS – Software como serviço e assistência remota, não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6.7. DA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO

6.7.1. Do Planejamento e da Representação Administrativa:

6.7.1.1. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a contratada deverá indicar, mediante declaração formal, um preposto para representá-lo administrativamente perante o CREFITO-5 durante toda a vigência contratual.

6.7.1.1.1. A declaração de indicação deverá conter o nome completo, números de CPF e RG, e a qualificação profissional do preposto.

6.7.1.1.2. O preposto deverá possuir plena competência para esclarecer questões relativas ao faturamento dos serviços, acatar orientações técnicas e garantir o cumprimento dos normativos internos da Autarquia.

6.7.2. Dos Prazos de Execução:

6.7.2.1. A implantação total da solução deverá ser concluída no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, garantindo a sua total operacionalização.

6.7.2.2. Caso haja necessidade de migração de dados, o prazo para a conclusão da conversão integral das informações para a nova ferramenta será de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato.

6.7.2.3. Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados apenas por motivos técnicos devidamente justificados e aceitos pelo CREFITO-5, ou em casos fortuitos e de força maior.

6.7.3. Das Atividades de Execução Técnica:

6.7.3.1. O fornecedor responsabiliza-se pela disponibilização e parametrização da solução, incluindo a configuração de contas de administração, contas de usuários, criação de grupos e definição de níveis de permissão.

6.7.3.2. Deverá ser realizada a integração da solução aos sistemas corporativos em uso pelo CREFITO-5, sempre que tecnicamente aplicável e necessário à operação.

6.7.3.3. Em caso de alternância de fornecedor ou plataforma, a migração de dados deverá ser executada de modo a assegurar a total integridade e incolumidade das informações de propriedade do CREFITO-5.

6.7.3.4. Da Integridade dos Dados:

6.7.3.4.1. Em caso de necessidade de migração ou conversão de dados o fornecedor deverá responsabilizar-se pela segurança e integridade dos dados atualmente armazenados nos sistemas legados do CREFITO-5 para a nova plataforma contratada, sem prejuízo à integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações.

6.7.3.4.2. A migração deverá contemplar no mínimo:

- 6.7.3.4.2.1. A transferência dos arquivos armazenados na solução anteriormente utilizada;
- 6.7.3.4.2.2. A manutenção da estrutura hierárquica de arquivos e permissões de acesso dos usuários, quando couber;
- 6.7.3.4.2.3. Os testes de integridade e funcionalidade dos dados migrados, garantindo a plena acessibilidade na nova plataforma;
- 6.7.3.4.2.4. O fornecimento de relatório detalhado sobre o processo de migração, contendo registros das atividades executadas e eventuais inconsistências identificadas;
- 6.7.3.4.2.5. Execução da migração de forma programada, com plano de contingência, visando a mitigação de riscos e impactos às atividades do Órgão.

6.7.3.4.3. O processo de migração deverá ser concluído dentro do prazo máximo de migração, disposto no item 6.7.2.2, salvo eventual justificativa técnica aceita pelo fiscal de contrato do CREFITO-5.

6.7.4. Da Capacitação e Apoio Técnico:

6.7.4.1. O licitante vencedor deverá promover a capacitação técnica de usuários e administradores da plataforma, mediante treinamento (remoto ou presencial) e fornecimento de manuais de instrução.

6.7.4.2. Durante todo o período de implantação até a homologação final, o fornecedor deverá manter equipe técnica especializada dedicada ao acompanhamento dos serviços e à resolução imediata de eventuais inconformidades.

6.7.5. Dos Testes e da Homologação:

6.7.5.1. Antes da entrega definitiva, deverão ser realizados testes operacionais conjuntos para validar o pleno funcionamento da solução e sua conformidade com os requisitos deste Termo de Referência.

6.7.5.2. A solução somente será considerada implantada após a Homologação, formalizada mediante aprovação técnica expressa da equipe do CREFITO-5.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representantes do CREFITO-5, especificamente designados para as funções de:

7.1.1. Fiscal Técnico: Responsável por verificar a conformidade técnica das licenças, a disponibilidade do serviço e o cumprimento dos prazos de SLA, fornecendo os dados ao gestor do contrato para instrução do pagamento;

7.1.2. Gestor do Contrato: Responsável pelos aspectos contratuais, documentação de regularidade da empresa e instrução do processo de pagamento.

7.2. O fornecedor deverá indicar um Preposto para o acompanhamento da execução, com poderes para tomar decisões e resolver problemas operacionais em nome da empresa, devendo o contato ser formalizado via correio eletrônico institucional.

7.3. Da fiscalização da prestação dos serviços:

7.3.1. O Recebimento Provisório dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis, pelo Fiscal do Contrato, contados da entrega da Nota Fiscal e Fatura, emitidas em conformidade com os serviços validados, observando as retenções tributárias e as exigências contábeis vigentes, pela Contratada, os quais deverão ser enviados até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação.

7.3.1.1. Havendo necessidade, a critério do contratante, poderão ainda ser requeridos ao fornecedor:

7.3.1.1.1. Relatório Execução e SLA, discriminando detalhadamente as licenças ativas no período, o histórico de chamados de suporte abertos/fechados e o índice de disponibilidade da plataforma, como medida de comprovação do cumprimento dos Níveis de Serviço estabelecidos;

7.3.1.1.2. Comprovante de Disponibilidade: Relatório extraído do painel administrativo (Admin Center) que correlacione o quantitativo faturado com as licenças efetivamente atribuídas aos usuários.

7.3.1.2. O fornecedor terá o prazo de 48 horas úteis para o fornecimento dos documentos complementares a partir da solicitação pelo CREFITO-5.

7.3.2. O Recebimento Definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante a realização das seguintes diligências pelo Fiscal:

7.3.2.1. Verificação da integridade das contas e da inexistência de interrupções injustificadas no período;

7.3.2.2. Verificação se o valor faturado corresponde ao número de licenças ativas, observando-se o ajuste proporcional (pro rata die) em caso de inclusão ou exclusão de usuários no meio do mês;

7.3.2.3. Consulta aos cadastros de regularidade fiscal (SICAF ou similar) e trabalhista da Contratada.

7.3.3. Caso o Fiscal identifique discrepâncias, erros na fatura ou descumprimento de SLA, o prazo para recebimento definitivo será suspenso, devendo a Contratada sanar a irregularidade em até 03 (três) dias úteis, sem ônus para o CREFITO-5.

7.3.4. O aceite definitivo será formalizado pelo atesto na Nota Fiscal, documento indispensável para a liberação dos pagamentos mensais.

7.3.5. Da fiscalização dos procedimentos de migração ou conversão de dados:

7.3.5.1. Havendo necessidade de migração ou conversão de dados (e-mails, arquivos, configurações, contas de usuários ou permissões, entre outros) entre ambientes ou infraestruturas, o prestador dos serviços deverá submeter previamente um Plano de Trabalho ao CREFITO-5 para aprovação.

7.3.5.1.1. Concluído o procedimento, o fornecedor emitirá o Termo de Conclusão de Migração, obrigatoriamente acompanhado de relatórios de log e integridade que comprovem a paridade entre o volume de dados de origem e o de destino.

7.3.5.2. Caberá ao fiscal do contrato realizar testes de integridade por amostragem para validação das informações em até 05 (cinco) dias úteis contados da entrega da documentação e relatórios técnicos.

7.3.5.3. O aceite definitivo da etapa de migração dar-se-á somente após a confirmação técnica de que os dados foram transpostos sem corrupção, mantendo-se a estrutura de diretórios e a preservação integral das permissões de acesso e níveis de segurança originais.

7.3.5.4. As desconformidades, erros, falhas ou perdas de dados decorrentes do procedimento ensejarão glosa proporcional da fatura mensal até o saneamento definitivo das ocorrências.

7.3.5.4.1. Em caso de perda irreversível de dados ou vazamento de informações durante o processo por negligência, imperícia ou dolo, o contratado responderá administrativamente nos termos da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais e das sanções previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

7.4. Do encerramento do contrato e dos backups:

7.4.1. Quando do encerramento da relação contratual, por qualquer motivo, o fornecedor deverá disponibilizar ao CREFITO-5 cópia integral e acessível de todos os dados armazenados na plataforma contratada, garantindo a portabilidade das informações, contemplando:

7.4.1.1. Exportação completa de todos os documentos, e-mails, contatos, agendas, tarefas e demais dados armazenados pelo CREFITO-5;

7.4.1.2. Utilização de formatos interoperáveis, tais como .PST, .CSV, .DOCX, .XLSX, .PDF, .ZIP, .JSON, ou outros previamente acordados com o Órgão;

7.4.1.3. Garantia de que as permissões e metadados dos arquivos serão mantidos para evitar perdas de estrutura e controle de acesso;

7.4.1.4. Fornecimento de documentação técnica contendo instruções para importação dos dados em outras plataformas;

7.4.1.5. Validação da integridade dos backups pela equipe técnica do CREFITO-5 antes da descontinuidade da solução contratada.

7.4.2. A CONTRATADA deverá fornecer os backups no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do encerramento contratual, garantindo a migração sem prejuízos às atividades da Administração.

7.4.3. Após a entrega dos backups e a confirmação da integridade dos dados, o fornecedor deverá proceder com a eliminação segura dos dados remanescentes, mediante certificação formal de exclusão

definitiva, conforme normas de segurança da informação e legislação vigente.

7.5. Das sanções Administrativas e Glosas Proporcionais

7.5.1. Pelo descumprimento dos Níveis de Serviço (SLA) estabelecidos, o CREFITO-5 aplicará glosas mensais no pagamento, sem prejuízo das multas moratórias, nas seguintes proporções:

7.5.1.1. Disponibilidade entre 99,5% e 99,1%: Desconto de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal;

7.5.1.2. Disponibilidade entre 99,0% e 98,5%: Desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal;

7.5.1.3. Disponibilidade abaixo de 98,5%: Desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal.

7.5.1.3.1. A apuração da disponibilidade será realizada mensalmente por meio dos relatórios oficiais fornecidos pelo painel de administração da plataforma (Microsoft 365 Admin Center), que deverão ser apresentados pelo fornecedor juntamente com a nota fiscal.

7.5.1.3.2. Para fins de cálculo, não serão computadas as paradas agendadas para manutenção, desde que comunicadas ao fiscal do contrato do CREFITO-5 com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e realizadas preferencialmente fora do horário de expediente.

7.5.1.4. O fornecedor deverá manter as atualizações e manutenções preventivas da solução, garantindo compatibilidade com novas versões e segurança dos dados, bem como, a realizar o acompanhamento periódico para avaliação do desempenho e disponibilidade da plataforma.

7.5.2. O prestador dos serviços deverá garantir suporte técnico especializado para todas as ferramentas, por equipe qualificada e certificada, apta a prestar suporte técnico de maneira ágil e eficiente, garantindo a continuidade das operações da Entidade contratante e na ocorrência de falhas deverá assegurar a resolução de incidentes e falhas técnicas em prazos diferenciados conforme sua gravidade, sendo:

7.5.2.1.1. Incidentes críticos: solução em até 04 (quatro) horas;

7.5.2.1.2. Incidentes de médio impacto: solução em até 24 (vinte e quatro) horas;

7.5.2.1.3. Incidentes de baixo impacto: solução em até 36 (trinta e seis) horas.

7.5.2.2. A aplicação de glosas por baixo desempenho técnico não impede a aplicação de multa administrativa por inexecução parcial do objeto, nos termos do Art. 162 da Lei 14.133/2021.

8. DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

8.2. Caso o contrato seja prorrogado, o valor das licenças poderá ser reajustado anualmente pela variação do IPCA/IBGE (ou outro índice oficial de preços), tendo como data base a data de apresentação da proposta, conforme Art. 92, § 8º da Lei 14.133/2021.

8.3. O prestador de serviços não poderá repassar ao CREFITO-5 reajustes unilaterais praticados pelo fabricante (Microsoft) sem que haja a devida comprovação de desequilíbrio econômico-financeiro e prévia análise jurídica da Administração.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.3. Regime de execução

9.3.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/21.

9.3.2. O serviço é classificado como serviço comum, sem dedicação exclusiva de mão de obra, caracterizando-se pela entrega de solução tecnológica, sem que os empregados da contratada fiquem à disposição exclusiva da Administração.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.4.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.3.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.4.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.4.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.4.3.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.4.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.4.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do [valor total estimado da contratação.

9.4.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.4.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4.4. Qualificação Técnica

9.4.4.1. A Contratada deverá apresentar 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou ou vem prestando serviços compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência. A necessidade da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica é justificada em razão da quantidade e valor dos objetos.

9.4.4.2. Em caso de dúvidas quanto a autenticidade do Atestado de Capacidade Técnica, a CONTRATADA deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do referido documento solicitado. A exigência do atestado de capacidade técnica visa garantir qualidade mínima à contratação, em face da importância da correta prestação do serviço para o Conselho.

9.4.4.3. O fornecedor deve ser parceiro autorizado, com permissão para comercializar as licenças ofertadas, garantindo que o produto seja legítimo e conte com suporte oficial do fabricante.

9.4.4.4. A exigência e que a FORNECEDOR comprove que tenha prestado ou esteja prestando serviço igual ou superior ao especificado, não deve ser vista como restrição ao caráter competitivo do certame, mas sim como forma de garantir a correta prestação do serviço, de modo a diminuir os riscos para que não haja quaisquer intercorrências durante a execução dos serviços propostos.

9.4.4.5. Os atestados deverão ser válidos e conter informações sobre o número do contrato vinculado e sua vigência, a data de início dos serviços prestados.

9.4.4.6. O Crefito-5 poderá confirmar a autenticidade dos atestados de capacidade técnica por meio de diligência às instituições fornecedoras dos atestados;

9.4.4.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.4.4.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.4.4.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.4.4.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.4.4.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.4.4.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.4.4.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.4.4.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.4.5. Da aceitabilidade da proposta vencedora:

9.4.5.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento dos requisitos e especificações do objeto.

9.4.5.2. A proposta deverá ser apresentada com a indicação da licença ofertada.

9.4.5.3. Para fins de análise técnica da proposta, pelo setor requisitante, o licitante classificado deverá comprovar os seguintes requisitos, sob pena de recusa da proposta:

9.4.5.4. Ser uma revenda autorizada do fornecedor.

9.4.6. Informar canal de atendimento telefônico, sistema de abertura de chamados via Web (Helpdesk) ou e-mail para atendimento ao Crefito-5.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 60.335,20 (sessenta mil trezentos e trinta e cinco reais) anual, conforme custos unitários postos na tabela do item 1.1 deste termo de referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.04.005 – Serviços de informática.

Samuel Moreira de Almeida

Setor de Tecnologia da Informática

Anexo II

MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS

Termo de Contrato Administrativo nº xxxx/2026

Processo Administrativo SEI nº 05.0524.000001/2026-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI O CREFITO-5, E A EMPRESA XXXXXX

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região – CREFITO-5, com sede na Av. Palmeira, nº 27, conjunto nº 403, bairro Petrópolis, Município de Porto Alegre/RS, CEP 97.470-300, inscrito(a) no CNPJ/MF nº 90.601.147/0001-20., neste ato representado pelo Presidente Eduardo Freitas da Rose, nomeado(a) pela Ata da Reunião Plenária nº 339, de 27 de outubro de 2023, publicada no DOU de 1º de novembro de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF nº XXXXX, sediado(a) na Av. XXXXXX, no Município de XXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXX, XXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, ficando as partes sujeitas à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e seus regulamentos, os preceitos de direito público e supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, além dos elementos que instruem o Processo Administrativo SEI nº 05.0524.000001/2026-61, ao qual se refere a contratação, e das cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de subscrição do software Microsoft 365 Business Standard (ou equivalente), sob o modelo Software as a Service (SaaS), abrangendo soluções integradas de produtividade, colaboração, comunicação e armazenamento em nuvem, com suporte técnico especializado e garantia de Níveis de Serviço (SLA) de atendimento e solução, nas condições estabelecidas na formalização da demanda e proposta da contratada, observados os documentos que instruem o processo administrativo originário.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDAD E DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRI O MENSAL	VALOR TOTAL GLOBA L
1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de subscrição do software Microsoft 365 Business Standard (ou equivalente), sob o modelo <i>Software as a Service</i> (SaaS), abrangendo soluções integradas de produtividade, colaboração, comunicação e armazenamento em nuvem, com suporte técnico especializado e garantia de Níveis de Serviço (SLA) de atendimento e solução.	2750 2	Licença anual, com pagamento mensal	80	R\$ xxxx	R\$ xxxxx

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - A Formalização da demanda;

II - A Proposta do contratado;

III - Pregão Eletrônico;

IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam na proposta do Contratado, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxx (xxxxxx) pelo prazo de vigência do item 2.1.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenções e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O aceite dos serviços prestados por força dessa contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6.2. O pagamento será realizado conforme o quantitativo de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Após o interregno de um ano poderão os preços iniciais ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC ou IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na formalização da demanda;

III - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Proposta;

- VII - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- VIII - Cientificar o órgão de representação judicial do Conselho para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- IX - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, sobre o que a Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- X - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- XI - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- II - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- IV - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais de EPI, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- V - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- VI - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VII - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- VIII - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- IX - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio

Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

X - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

XI - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

XII - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XIII - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

XIV - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XV - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XVI - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XVII - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XVIII - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XIX - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XX - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XXI - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXII - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.2. O Contratado deve atender as demandas da sede do Crefito-5 para a execução do objeto deste contrato na sede situada na Av. Palmeira, nº 27, conjunto nº 403, bairro Petrópolis, no Município de Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III” e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV - Multa:
 - a) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que o atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - b) Para a infração descrita na alínea “I” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 10% do valor do Contrato.
 - c) Para infração descrita na alínea “II” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
 - d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “III” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.
 - e) Para infrações descritas na alínea “IV” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 10% do valor do Contrato.
 - f) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “V” a “VIII” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 1 (um) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Na hipótese do item 13.5, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos: 6.2.2.1.1.01.04.04.005 – Serviços de informática.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Alegre/RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Porto Alegre/RS, xx de xxxx de 2025.

Eduardo Freitas da Rosa

Representante legal do CONTRATANTE

xxxxxxxxx

Representante legal do CONTRATADO

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região

Processo: 05.0524.000001/2026-61 - Documento: 0374445

CREFITO-5/SELIC - Setor de Licitação, Contratos e Patrimônio

Avenida Palmeira, 27/403, - Bairro Petrópolis - Porto Alegre/RS

CEP 90470-300